

Muito além da “hierarquia e disciplina”: resistência e representatividade da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (1962-1964)

Robert Porto Castro

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil
robertwpcastro@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo constitui-se em uma breve releitura do movimento de marinheiros e fuzileiros navais, entre os anos de 1962-1964, a partir das relações de dominação e resistência estabelecidas entre oficiais e praças nas graduações iniciais, bem como das suas vivências na Marinha de Guerra Brasileira. Neste sentido, buscamos compreender a própria constituição da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil enquanto forma organizada de resistência e representatividade daqueles militares, na busca por direitos e garantias sociais durante o tensionado período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964. Analisando suas vivências durante o contexto social da época e, ainda, as relações por eles estabelecidas no seio da força naval brasileira, o presente artigo se propõe a contribuir para um entendimento da mobilização daqueles marinheiros e fuzileiros navais, a partir de 1962, que transcenda o binômio “hierarquia e disciplina”, basilar na estrutura castrense.

Palavras-chave: Marinheiros. Resistência. Golpe Civil-Militar.

Introdução

Em se tratando de um tema ainda tão “vivo” na história brasileira, o golpe civil-militar de 1964 e os anos que o antecederam na década de 1960 – caracterizados por intensa efervescência política e social – vem cada vez mais sendo objeto de estudo na área da historiografia. Neste sentido, o presente artigo propõe uma análise da trajetória do movimento de marinheiros e fuzileiros navais, entre os anos de 1962-1964, a partir das relações de dominação e resistência estabelecidas diuturnamente entre oficiais e praças - especialmente aqueles nas graduações iniciais da carreira militar naval (cabos, soldados e marinheiros) - bem como, das suas vivências naquele “pequeno universo” no qual se constituía a Marinha de Guerra Brasileira.

A partir de antigas contradições imanentes àqueles militares, fundamentadas, principalmente, em origens sociais e étnicas distintas, reforçadas pelo clima político tensionado do período; analisaremos a constituição da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e a própria escalada da crise com a alta administração naval, no contexto do processo que culminou com o golpe civil-militar no

ano de 1964. Deste modo, a presente releitura se constitui enquanto uma análise da crise ocorrida na Marinha durante o período em tela, fundamentada em uma problemática social historicamente arraigada no seio da força naval brasileira. Neste sentido, pretendemos contribuir para um melhor entendimento da relação entre antigas demandas sociais básicas inerentes aos subalternos da Marinha e a mobilização destes militares, em um cenário cujo “pano de fundo” consiste nas relações de dominação e resistência estabelecidas entre oficiais e marinheiros. O trabalho ora apresentado realizou-se, principalmente, a partir da memória reavivada de ex-integrantes e apoiadores do movimento “fuzinauta”¹, bem como da análise de fontes oficiais e de imprensa, além da crítica às obras historiográficas de autores que, em alguma medida, abordam o referido movimento como uma crise disciplinar afeita à Marinha que veio a se constituir enquanto acontecimento preponderante para a realização do golpe civil-militar em abril de 1964.

Destarte, em um primeiro instante, apresentaremos a memória reavivada enquanto instrumento para a reconstrução da trajetória da AMFNB durante o recorte temporal em tela e o diálogo desse conceito com os referenciais teórico-conceituais que fundamentam a presente análise. Em seguida, buscaremos problematizar o conceito de “resistência” no contexto de um processo de identificação entre os integrantes daquele segmento específico de praças da Marinha, a partir de suas vivências enquanto marinheiros e das relações sociais estabelecidas no contexto político-social da época, sobretudo com a oficialidade naval. Descortinando, por fim, uma relação de dominação que – para além de aspectos relativos unicamente à hierarquia e à disciplina militares, e reforçada por costumes e regulamentos – objetivava a manutenção de uma “hierarquia social” que, ao fim e ao cabo, extrapolava os limites daquela instituição militar.

A memória em evidência

Considerando que as narrativas de militares e ex-militares – ex-integrantes e apoiadores do movimento fuzinauta – tem função fundamental no presente trabalho, em uma perspectiva teórico-conceitual a memória assume papel de destaque na reconstrução da trajetória dos marinheiros enquanto segmento social. Na medida em que, ao propagar a ideia dos “vencedores” em relação aos acontecimentos passados, a “memória oficial” relega ao esquecimento histórico segmentos como o dos marinheiros, bem como suas demandas

¹ Termo empregado na Marinha para fazer referência a algo comum a marinheiros e fuzileiros navais.

e atuação na cena política, seja internamente à Marinha ou em âmbito nacional, como em 1964.

Destarte, acompanhando a ideia de Michael Pollak (1989, p. 4), ao analisarmos as “memórias subterrâneas das minorias, dos marginalizados e dos excluídos”, torna-se possível compreender, de modo mais aprofundado, como determinados acontecimentos políticos ocorrem – e só ocorrem – a partir de pressões sociais. Neste sentido, de acordo com Thompson (*apud* LUCA, 2011, p. 113), “ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados”.

Deste modo, considerando que a memória não se reduz ao simples ato de recordar, e ainda, que a mesma seja uma capacidade humana, como afirma Chauí (1995, p. 125), e, portanto, individual enquanto faculdade mental. Faz-se necessário considerar que ela se constrói a partir das relações sociais, as quais estabelecem pontos comuns entre as diversas memórias de indivíduos que compõem um grupo ou segmento social.

Neste sentido, devido à predominância da perspectiva positivista no estudo de História – especialmente, neste caso, de História Militar ou com enfoque militar – durante muito tempo a memória não foi considerada como fonte para análises historiográficas, em especial neste campo. Isto devido a sua subjetividade, às eventuais distorções em sua narrativa e principalmente pelo seu aspecto individual. Atualmente, com a incorporação de temas contemporâneos à História:

[...] passou-se a valorizar também a análise qualitativa, e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social (ALBERTI, 2011, p.166).

Sendo assim, a subjetividade e as distorções da memória presentes nas narrativas passaram a constituir-se em importantes fontes de análise e crítica para apreender a realidade e a trajetória de determinados indivíduos e segmentos sociais num passado recente. Deste modo, no contexto do que se propõe o presente trabalho, entendemos que, ao buscar reconstruir a trajetória de marinheiros e fuzileiros que se mobilizaram em torno da AMFNB, conferindo-lhes lugar de “agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la” (PORTELLI, 1997, p. 13) a memória torna-se essencial na medida em que “está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2011, p. 167). Deste modo, ela passa a dialogar com dois dos referenciais teóricos que fundamentam a presente análise historiográfica, a saber: História Política e História Social. Este primeiro que, desde meados do século XX, passou a analisar questões afeitas aos mais variados campos

da sociedade, considerando que o social também é político, já que pode precipitar-lhe profundas mudanças – como no caso da mobilização dos marinheiros inserida na conjuntura dos movimentos sociais anteriores ao golpe de 1964. Ou seja, o político “é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003, p. 35-36), na medida em que, de acordo com Verena Alberti (2011, p. 166), seria a História Política entendida:

[...] não mais como história dos “grandes homens” e “grandes feitos”, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse; o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc.; [...]

Desta maneira, passamos ao segundo e mais premente referencial teórico que fundamenta este trabalho, no sentido de que, segundo Eric Hobsbawm (2013, p. 111-112):

A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, por que seu tema não pode ser isolado. [...] os aspectos sociais ou societários da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos do seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização.

A partir desta perspectiva da História Social, dialogamos com uma História Militar despida de pressupostos positivistas – fundamentados em significativo personalismo e factualidade – e fundamentada em um construto social cujas relações permeiam as instituições militares. Haja vista que seus integrantes, enquanto parte do todo social, conseqüentemente também são parte nestas relações. Analisaremos a mobilização dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964 no contexto do “conjunto das relações sociais” (THOMPSON, 2001, p. 248). Isto é, enquanto um movimento de cunho social e base econômica, com caráter essencialmente reivindicatório, que contribuiu para significativas mudanças políticas no país, sem, no entanto, “isolar o fenômeno de crise manifesta do contexto mais amplo de uma sociedade em transformação [...] que não apenas propicia, mas requer uma compreensão abrangente da estrutura e dinâmica sociais [...]” (HOBSBAWM, 2013, p. 130). Ou seja, somente poderemos compreender a mobilização dos marinheiros e seus desdobramentos até o ano de 1964 se a analisarmos como parte integrante de um contexto social específico.

O “marinheiro” da Marinha de Guerra Brasileira

De modo a conferir uma melhor compreensão acerca da mobilização fuzinauta, consideramos necessário identificar o “marinheiro” a partir de suas origens étnicas e

sociais, bem como, características específicas de carreira e rotina destes militares na força naval brasileira. Neste sentido, consideramos os marinheiros – enquanto membros de um segmento específico dentro das Forças Armadas – militares que exercem uma atividade da qual são depositários de suas tradições e costumes. Atividade esta que os distingue significativamente dos demais militares das outras forças, tendo em vista o local onde a desempenham, ou seja, a bordo de navios de guerra, espaço dotado da característica de constituir-se, de modo simultâneo, enquanto local de trabalho e moradia para esses militares, principalmente durante os longos períodos no mar, tornando-se assim um microcosmo onde são estabelecidas relações sociais de diversas naturezas, especialmente relações de trabalho. Ou seja, podemos compreender os marinheiros – desde a formação inicial nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM) ou nas Escolas de Formação de Reservistas Navais (EFRN), bem como, durante diversos momentos da carreira naval, especialmente a bordo dos navios – como, usando a expressão de Erving Goffman (1974, p. 11), “internados de instituições totais”, na medida em que:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada [...].

As relações estabelecidas entre os militares tendiam a se restringir àquilo a que se propunha o navio ou quartel, isto é, “realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho” (GOFFMAN, 1974, p. 17). Neste sentido, a partir de origens étnico-sociais significativamente distintas, oficiais e marinheiros passaram a construir estereótipos e representações uns dos outros, que contribuíram para a afirmação de relações de dominação e resistência, bem como para o estabelecimento de “pré-conceitos” acerca dos mesmos, que por vezes extrapolaram as “bordas”² da força naval. Como é o caso da percepção comum no imaginário popular acerca do “marinheiro”, no qual este é representado como um elemento boêmio, de pouco desenvolvimento intelectual e afeito à violência e vícios, como o álcool e os jogos de azar. Segundo o historiador Flávio Rodrigues (2004, p. 60):

Sua imagem, aos olhos dos paisanos [...] correspondia em geral ao estereótipo do indivíduo desgarrado e de moralidade duvidosa, frequentador de prostíbulos e violento, toxicômano e alcoólatra: [...] por vezes, as mulheres mudavam de lugar nos ônibus, quando um marinheiro sentava-se ao seu lado [...] para não serem “confundidas” (*sic*).

²É o limite superior do costado, que pode terminar na altura do convés [...] ou elevar-se um pouco mais, constituindo a borda-falsa” (FONSECA, 2002, p.7).

Neste sentido, cabe ressaltar que, ainda no início do século XX – oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira e, em sua grande maioria, negros e pardos³ – os marinheiros ingressavam na força naval como voluntários ou através de recrutamento⁴. Uma parcela significativa destes “não voluntários” ou recrutados era proveniente de uma “relação de colaboração [...] entre os serviços policiais e militares” (ALMEIDA, 2010, p.95) além das autoridades judiciárias, que já no século anterior forneciam muitos braços para o serviço na Armada. Encaminhados para as EAM, antigas Companhias Correcionais durante o Império, estes “não voluntários” tinham os primeiros contatos com as atividades atinentes a um marinheiro e com a rígida disciplina da Marinha. Também aprendiam qual seria o seu “lugar” na instituição, e ainda, o abismo social que os separava da oficialidade, em sua maioria branca, oriunda das camadas mais abastadas da sociedade e preparados, em seus cursos de formação, para representar o Brasil por ocasião das constantes viagens ao longo de suas carreiras. No entendimento de José Murilo de Carvalho (2005, p.19), seriam estas viagens e o reduzido número de oficiais – em comparação ao Exército – os principais fatores responsáveis por reforçar o padrão elitista de recrutamento e o perfil aristocrático da oficialidade naval brasileira.

Destarte, não obstante as significativas diferenças étnicas e sociais, as relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros, especialmente a bordo dos navios, tendiam a ser naturalmente tensas, uma vez que eles eram submetidos a uma realidade em que a autoridade e a condição de “superioridade social” dos oficiais eram sempre reforçadas e reafirmadas através de tradições e regulamentos. Os marinheiros buscavam subterfúgios em sua rotina a fim de resistirem a esta subordinação, que se apresentava para além da

³ Álvaro Pereira do Nascimento (2008, p. 76-77) apresenta uma breve amostragem, acerca dos homens matriculados na 13ª Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais, onde 75% não eram brancos. Deste modo, ao considerarmos que a oficialidade era a minoria absoluta na força naval e que os marinheiros compunham a grande maioria do contingente daquela força, podemos concluir que a Marinha era composta em sua maior parte, ou quase a totalidade, por “não brancos”. Álvaro Pereira ainda apresenta um levantamento feito por MORGAN, Zachary. *Legacy of the lash: race & corporal punishment in the Brazilian Navy (1860-1910)*. Providence (EUA), Brown University, PhD, 2001; onde, ao analisar os registros dos réus em processos criminais julgados pela Armada entre os anos de 1860-1894, concluiu que 83,1% de um quantitativo de 344 homens eram “não brancos”. Do mesmo modo, Sílvia Capanema P. de Almeida (*Antíteses*, vol. 3, nº esp., 2010, p. 90-114) apresenta alguns resultados de sua tese de doutorado defendida junto à *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, em Paris; ao analisar um total de 250 fichas do Gabinete de Identificação da Marinha (GIM) referentes a marinheiros do ano de 1908, concluiu que 68% deste total eram classificados como pretos e pardos. Havendo ainda 10,4% de morenos e 0,4% de “pardos claros”; apenas 20% eram brancos e 1,2% de “brancos corados”.

⁴ Para saber mais sobre recrutamento de praças na Marinha de Guerra Brasileira durante o século XIX e início do século XX ver em NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania. In: MUGGE, Michéias H. e COMISSOLI, Adriano (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 235-256.

simples hierarquia militar típica da caserna. Deste modo, de acordo com Goffman (1974, p.18-19):

Nas instituições totais existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado [...] e uma pequena equipe de supervisão. [...] Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis [...]. Os participantes da equipe dirigente tendem a se sentirem superiores e corretos; os internados tendem, *peelo menos sob alguns aspectos*, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. [...] geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente (*sic*) prescrita [grifo meu].

Em muitos momentos de suas carreiras, desde os cursos de formação, os marinheiros viam reforçada esta ideia de si mesmos, sendo levados, em alguns casos, a crer que o “marinheiro é assim”, ou ainda, que “marujo que não bebe e não frequenta baixo⁵ não é marujo”. O próprio adágio popular de que “marinheiro tem uma mulher em cada porto” evidencia bem o alcance destas imagens comuns acerca do marinheiro, às quais se estabeleciam, ainda que em partes, no processo de constituição da identidade daqueles militares, fazendo com que muitos buscassem reforçar aspectos que viessem a denotar uma resistência a este estereótipo comum, aspectos estes relacionados, na maioria das vezes, a questões religiosas e ao apreço pelos estudos, mas que também se evidenciavam em uma deliberada não aceitação de determinadas normas e regulamentos, às quais se manifestavam através da infração aos mesmos.

Neste sentido, é bem improvável que imaginemos um oficial da Marinha do mesmo modo que um marinheiro. Ou seja, as ideias comuns acerca destes dois integrantes da força naval são demasiadamente distintas e, até mesmo, podendo ser socialmente opostas. Mas por que, se, por definição, fora a questão hierárquica referente aos postos e graduações, marinheiro é “aquele que trabalha a bordo ou aquele que serve na Marinha”? (BUENO, 2007, p. 496).

Na medida em que a “identidade está ligada a sistemas de representações e tem estreitas conexões com relações de poder” (SILVA, 2014, p. 97), ao desvincular o oficial da representação comum ao marinheiro, garante-se a construção de identidades distintas, bem como a distância social entre os dois segmentos, além de evidenciar-se o lugar social de cada um destes na instituição e na própria sociedade. Neste contexto, a identidade do marinheiro não se constrói apenas a partir do modo como este é idealizado pelo senso comum, mas também a partir das experiências daqueles militares e suas relações com outros grupos e segmentos sociais. Isto é, se estabelece a partir da relação e da diferença

⁵Como são chamados na Marinha os baixos meretrícios e as casas de prostituição.

relativa a outras identidades, vinculando-se também a aspectos e condições sociais e materiais (WOODWARD, 2014, p. 13).

Desta maneira, podemos afirmar que o modo como construímos uma representação se fundamenta, em alguma medida, em determinados aspectos ou fatos de uma realidade. Segundo Franklin Rudolf Ankersmit (2012, p. 194) “[...] a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada, de forma que você pode chamar atenção de alguém para certas características [...]”. Mas esta realidade que se representa ou que se deseja representar está fundamentada nas relações estabelecidas entre os grupos sociais. Ou seja, o marinheiro “não era assim”! As condições que lhes foram impostas pelo meio social em que viviam muitas vezes o levaram a agir de modo a corroborar, em partes ou no todo, a maneira como era representado. E assim, a imagem comum do marinheiro passou a ser parte integrante da identidade daqueles militares, tornando as relações estabelecidas com a oficialidade, no contexto das peculiaridades e tradições inerentes à força naval, ainda mais significativas para a compreensão da mobilização destes militares no início dos anos 1960.

Para além da “hierarquia e disciplina”

Com uma grande concentração de não-brancos nas graduações iniciais, a força naval brasileira tinha a maioria de seu contingente composta por negros e pardos. Esta condição gerava uma tensão interna em uma instituição marcada pelo caráter aristocrático de uma oficialidade branca, saída há poucas décadas de uma realidade escravista, tensão esta que se acentuava diante das péssimas condições de trabalho e conforto oferecido aos marinheiros a bordo dos navios, bem como dos regulamentos, tradições e simbolismos que reafirmavam uma relação de dominação e o abismo social existente entre oficiais e marinheiros. Neste contexto, em instituições tão marcadas por tradições e simbolismos, alguns destes acabam por definir posições e reforçar aspectos favoráveis a determinadas condições de dominação ou *status* vigentes (RANGER, 2006, p. 229). Na Marinha de Guerra Brasileira estes simbolismos têm grande relevância para a compreensão das “normas surdas” (THOMPSON, 2001, p. 235) que permeiam as relações entre oficiais e marinheiros, ao passo que reforçam uma disciplina fundamentada em uma subalternidade social que não se limita apenas ao âmbito militar e às relações estabelecidas internamente à Marinha.

Neste sentido, a partir de uma identificação fundamentada em suas vivências enquanto marinheiros e em uma imagem que lhes era atribuída de modo comum, e ainda diante da inércia da instituição naval em atuar no sentido de assisti-los de forma que pudessem melhorar suas condições sociais, marinheiros e fuzileiros navais constituíram uma associação durante os tensionados anos iniciais da década de 1960, já no governo do Presidente João Goulart. O historiador Thomas Skidmore (2003, p. 358) classifica esta associação como uma entidade de classe ou, em suas palavras, como “um sindicato que exigiria melhoria de condições de trabalho”. No entendimento de Maria Aurora Rabelo (1992, p. 73), aqueles marinheiros experimentaram sua cotidianidade e decidiram buscar maneiras de mudar ou ao menos melhorar sua realidade na força naval.

Nesse contexto, no entendimento do ex-marinheiro Antônio Duarte (2005, p. 93), o conflito que se evidenciava no seio da força naval brasileira seria “originado na estrutura envelhecida da Marinha, como se a instituição tivesse o direito de fazer do soldado uma propriedade semelhante a que se tinha na época da escravidão”. No entendimento do ex-marinheiro e uma das principais lideranças do movimento fuzinauta, Avelino Capitani (1997, p. 17), o referido conflito teve suas origens fundadas nas características específicas da força naval brasileira:

A Marinha tem características diferentes das demais Forças Armadas, pois sua estrutura social não acompanhou seu desenvolvimento tecnológico. Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora (*sic*) de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade.

Em suas memórias, no que concerne à condição de vida e às relações estabelecidas com a oficialidade, tanto Duarte quanto Capitani estabeleceram uma relativa semelhança entre o que vivenciaram na Marinha e a realidade escravista brasileira. Esta aproximação entre duas realidades distintas está relacionada às demandas dos marinheiros e não propriamente às características do trabalho escravo, que não existia na Marinha durante o recorte temporal abordado na presente pesquisa. Neste sentido, os baixos salários e a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças nas graduações iniciais, associados ao rigoroso Regulamento Disciplinar para a Marinha, que os impedia de contrair matrimônio e de trajar roupas civis quando em folga fora de suas residências⁶, nos conferem um melhor entendimento acerca da construção das narrativas de memórias desses dois ex-militares, bem como sobre as evidências e expectativas daqueles

⁶Item 39 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

marinheiros e fuzileiros na Marinha. Estas expectativas, segundo Paulo Fernando da Costa⁷, fomentaram um inconformismo por parte dos marinheiros. Segundo ele:

[...] Então, na Marinha sempre existe (*sic*) esses inconformismo (*sic*) que naquela época era difícil. Quando tu tá na escola tu tem uma visão do que seja a Marinha e quando tu chega (*sic*) nele, quando nós chegávamos nela, quando nós chegamos nela descobrimos que era absolutamente diferente do que tu pensava (*sic*), do que tu imaginava (*sic*) que seria tu seguir (*sic*) uma carreira, entendeu [...] (Entrevista com Paulo Fernando da Costa).

Também nesta perspectiva, Avelino Capitani (1997, p. 23) evidencia a situação enfrentada pelos marinheiros ao chegarem ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, o sentimento que lhes ocorria ao perceberem a realidade a qual estariam submetidos na Marinha:

Eram jovens abertos a novas ideias, que encontravam nos navios uma realidade muito mais adversa da esperada. Os recém-chegados ao Rio eram praticamente jogados nos navios e repartições sem as mínimas orientações, nem sobre locais de encontro e lazer.

Através dos relatos acima podemos perceber um sentimento de frustração comum a muitos marinheiros logo que chegavam aos navios. Este sentimento se fundamentava em uma expectativa de carreira, frustrada por uma difícil realidade vivenciada por eles ao chegarem ao Rio de Janeiro. Pois, somente por serem marinheiros, lhes eram negados muitos direitos e garantias sociais, bem como condições básicas para buscarem seu desenvolvimento humano e social. Mas foi também por serem marinheiros acostumados a resistir às dificuldades que lhes eram impostas pela própria atividade, que alguns optaram por organizarem-se com o intuito de buscar alternativas para resistir e mudar aquela realidade a qual estavam submetidos na Marinha.

No contexto do processo de constituição da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, consideramos que este está diretamente relacionado com um sentimento de unidade e pertencimento por parte de um segmento específico de praças da Marinha, bem como à resistência a uma realidade a qual estavam submetidos. Deste modo, não obstante os recentes debates historiográficos acerca do conceito de “classe”, e na medida em que a “classe” [...] deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001, p.270), foi no transcurso do processo histórico que os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira desenvolveram uma incipiente consciência enquanto grupo social específico. E ao se identificarem, a partir de suas vivências através de uma

⁷Paulo Fernando Santos da Costa, gaúcho da cidade de Rio Grande, foi anistiado e atualmente é suboficial reformado (por força de ação na justiça), ingressou na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, situada na cidade de Florianópolis.

rotina de resistência e lutas, estes militares construíram uma sólida concepção de grupo, aspecto que merece ser destacado por se revestir de significativa importância no contexto de uma discussão acerca do caráter do “marinheiro” da Marinha de Guerra Brasileira enquanto trabalhador – debate que deixo para um trabalho de maior fôlego.

Neste sentido, com base no item 12 do artigo 141 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, no dia 25 de março de 1962, na cidade do Rio de Janeiro, estado da Guanabara, era fundada a AMFNB como órgão de representação social de classe⁸. Composta por marinheiros e fuzileiros navais nas graduações até cabo, aquela associação trazia em seu estatuto sete finalidades, cinco das quais tinham caráter essencialmente assistencial relacionado diretamente às demandas sociais dos seus associados. Estas finalidades se materializavam em ações empreendidas junto aos seus membros e suas famílias tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de etiqueta básica, cursos de inglês, atividades recreativas (bailes, futebol e passeios pela cidade) e ajuda àqueles que desejassem abandonar vícios como o jogo e o alcoolismo. Neste sentido, os marinheiros encontravam na associação uma forma de alcançar as respostas que esperavam da alta administração naval para suas demandas, ou ao menos de obter apoio diante das dificuldades enfrentadas na Marinha. Segundo Paulo Fernando da Costa:

[...] a associação pra (*sic*) quem queria algo diferente na Marinha, poder estudar, ela dava uma [...] Só que as reivindicações, nós não podia (*sic*) andar civil na rua, era umas das reivindicações era andar civil. [...] Então era uma série de regras, você não podia casar, o pessoal não podia, era proibido casar. Então tinha uma série de reivindicações que a associação fazia, servir, por exemplo, em locais de origem [...] (Entrevista com Paulo Fernando da Costa).

Para o ex-marinheiro José Xavier Cortez era importante a atuação da entidade no que se refere às atividades de lazer e de inclusão social do marinheiro em ambientes sociais no meio civil. Segundo ele:

Não fazia parte do nosso cotidiano, as festas. Nós não éramos convidados para nada. O nosso mundo se resumia àquele mundo da Marinha e nós achávamos que a Associação tinha a função de integrar o marinheiro à sociedade [...]. O objetivo da Associação era, também, quando nós chegássemos a um porto qualquer [...], no Recife, na Bahia ou em Porto Alegre, ter alguém da Associação que fosse capaz de fazer um jantar, convidar-nos para um almoço, ir a um baile à noite, nos divertir. Porque o lazer faz parte da vida das pessoas. Nós tínhamos direito ao lazer. Por que só os oficiais?⁹

No contexto tensionado do ano de 1963, marcado pelo avanço das mobilizações de grupos populares ligados a movimentos de trabalhadores e estudantes que

⁸ BNM 149, p.2588-2594.- Estatutos da AMFNB.

⁹ Entrevista concedida a Anderson da Silva Almeida em 22dez.2009, *apud* ALMEIDA, 2010, p.40.

reivindicavam mudanças no cenário social do país, diante das negativas da alta administração naval em dialogar com a AMFNB acerca das demandas dos marinheiros, esta passou a apresentar suas reivindicações de maneira mais incisiva, buscando apoio em movimentos sociais e no próprio alinhamento aos posicionamentos do presidente João Goulart. Esta postura da associação levou a um rápido afastamento entre os marinheiros e as autoridades navais, em especial o Conselho do Almirantado, culminando com uma crise que levou à “radicalização” do movimento dos marinheiros no ano de 1964. Esta “radicalização” consistiu em, diante da inflexibilidade da cúpula naval em dialogar com os marinheiros, a AMFNB levou para a arena política, em âmbito nacional, as suas reivindicações, fazendo coro a sindicatos, entidades de representação de classe e associações de subalternos das Forças Armadas e Auxiliares que apoiavam o projeto reformista proposto pelo Presidente da República e, portanto, comandante-em-chefe das Forças Armadas, João Goulart.

Na escalada da crise política que culminou com o golpe civil-militar em abril de 1964, e da própria “operação limpeza” levada a cabo tanto no meio civil quanto no militar, a 29 de julho a União entrou com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que em 23 de novembro foi julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação fuzinauta.

Sabendo que um presidente legítimo, democraticamente eleito e empossado com as garantias da Constituição foi sistematicamente deposto, e que uma parcela significativa da sociedade e, conseqüentemente, das Forças Armadas tiveram participação neste golpe contra um regime democrático, mas nos atendo à questão da justificativa que foi utilizada como a “gota d’água” para o golpe, ou seja, a ameaça de subversão da disciplina e a quebra da hierarquia nas instituições militares – que, segundo aqueles favoráveis ao golpe, já haviam se instaurado nos quadros da Marinha de Guerra Brasileira – cabe ressaltar o posicionamento de Nelson Werneck Sodré (2010, p. 470), o qual afirma que “a disciplina é inteiriça: não há uma disciplina para oficiais e outra para marinheiros; não há uma disciplina para superiores e outra para inferiores”. Ao fazer esta afirmação Sodré (2010, p. 470) faz alusão aos atos de flagrante indisciplina cometidos por oficiais, especialmente na Marinha, que há muito vinham “ferindo a disciplina”. Para ilustrar esta afirmação o autor utiliza como exemplo o episódio em que oficiais restituíram de maneira “acintosa e coletiva condecorações, por motivo de terem sido julgados merecedores das mesmas pessoas que reputavam indignas de recebê-las” (SODRÉ, 2010, p. 470).

Desde a década de 1950 uma parcela significativa da alta oficialidade já se mostrava insubordinada em relação aos atos e decisões de seus superiores, deliberando sobre aquilo que “seria melhor para a nação”, desconsiderando assim preceitos democráticos e constitucionais. Em 1961, durante a crise de sucessão presidencial, já ficava evidente o perfil destes comandantes militares ao tentarem impedir a posse constitucional na Presidência da República do então vice-presidente Goulart. Durante a crise com a AMFNB foram recorrentes as situações em que parte da alta oficialidade criticou e/ou descumpriu deliberadamente os atos e determinações de seus superiores, como quando o almirante Sylvio Motta mandou prender os marinheiros que manifestavam apoio ao projeto reformista de Goulart; ou por ocasião das severas críticas às determinações de Paulo Mario na qualidade de Ministro da Marinha; ou ainda ao manifestarem publicamente o não reconhecimento da autoridade dos almirantes Cândido Aragão e Araújo Suzano.

Neste contexto, enquanto que a indisciplina e insubordinação de parte da alta oficialidade naval eram interpretadas como posicionamentos políticos e ideológicos de uma parcela da elite da sociedade brasileira e não como atos passíveis de enquadramento nos regulamentos disciplinares castrenses, a mobilização de cabos, soldados e marinheiros por questões relacionadas às suas carreiras, condições de trabalho e garantias sociais, bem como manifestações públicas destes militares em apoio ao comandante-em-chefe das Forças Armadas, eram interpretadas por seus superiores hierárquicos – e por grande parte da sociedade – como atos que atentavam contra a hierarquia e a disciplina, pilares das instituições militares.

Porém, à luz dos regulamentos militares, podemos considerar que os marinheiros somente incorreram nos crimes de motim e insubordinação quando por ocasião da decretação de prontidão rigorosa, já no ápice da crise e às vésperas do golpe, não regressaram às suas unidades durante os acontecimentos na área do Ministério da Marinha/AMRJ e a bordo de alguns navios. Mas muitos de seus superiores e chefes, desde a crise na sucessão presidencial em 1961 já vinham incorrendo sistematicamente no crime de insubordinação e diversas contravenções previstas no RDM. Portanto, não foram apenas os marinheiros que “feriram” a disciplina, mas também seus superiores, que há tempos já o vinham fazendo.

Deste modo, mesmo sendo a disciplina e os regulamentos comuns a todos os militares, podemos considerar que, sob uma perspectiva simbólica, a concepção de quebra de hierarquia ou indisciplina pode depender de quem pratica um determinado ato neste sentido e, principalmente, o que representa este ato para uma realidade vigente. Ou seja,

manifestações e atos que legalmente configurariam transgressões disciplinares e até mesmo crime de insubordinação durante os tensionados anos iniciais da década de 1960, quando cometidos por aqueles que ocupavam posições de dominância em um determinado contexto social, como a alta oficialidade naval brasileira, não deveriam ser compreendidos enquanto ameaça a um *status quo* vigente. Desta maneira, esses atos e manifestações não foram interpretados sob a ótica crua dos regulamentos disciplinares e do Código Penal Militar, isentando assim aqueles que os praticaram da pecha de insubordinados e transgressores. Em contrapartida, a mobilização dos marinheiros da AMFNB, enquanto manifestação organizada de resistência daqueles militares, configurou-se como uma ameaça patente a uma realidade de dominação vigente na Marinha.

Considerações finais

Ao se atribuir o “sacrilégio” da quebra da hierarquia e da indisciplina aos marinheiros da AMFNB, não se pode deixar de perceber que desde a sua fundação a associação atuou de modo a preencher as lacunas deixadas pela administração naval no que concerne ao amparo e assistência social junto ao seu pessoal subalterno, especialmente aqueles em início de carreira. Mesmo apresentando reivindicações – para demandas que há muito já eram conhecidas pelas autoridades navais – através dos canais administrativos e hierárquicos desde 1962, a AMFNB nunca encontrou disposição para o diálogo ou o simples reconhecimento destas demandas por parte da alta administração da Marinha.

Consideramos que a AMFNB se constituiu enquanto instrumento de resistência organizada de caráter coletivo, formada a partir de um processo de identificação por parte dos subalternos que se fundamentou na percepção das semelhanças com seus pares e das radicais diferenças no que concerne à oficialidade, em uma relação de dominação e resistência entre os mesmos.

A trajetória da associação fuzinauta se construiu a partir da leitura do contexto da época, realizado por seus membros e apoiadores, e da decisão por buscar mudanças e transformações para uma realidade de intensa fragilidade social, marcada por disputas e demandas constantemente “sufocadas” pelos regulamentos e pela hierarquia militares. Neste sentido, ressaltamos o caráter de resistência da mobilização dos marinheiros e a própria constituição da AMFNB enquanto um “ato de resistência” (CHAUI, 1986, p.63) daqueles marinheiros enquanto grupo ou segmento social específico na Marinha.

De modo algum pretendemos aqui esgotar o assunto, mas apenas apresentar uma contribuição no que concerne às análises historiográficas acerca deste segmento de militares da Marinha e suas mobilizações, sempre tão marcantes no cenário nacional. Por fim, esperamos ter contribuído para iluminar um período ainda tão nebuloso de nossa história e assim suscitar novos estudos acerca do tema.

BEYOND THE "HIERARCHY AND DISCIPLINE": RESISTANCE AND REPRESENTATIVENESS OF THE ASSOCIATION OF SAILORS AND MARINES OF BRAZIL (1962-1964)

Abstract: This article is a brief re-reading of the marines and marines movement, between 1962-1964, from the relations of domination and resistance established between officers and squares in the initial graduations, as well as of their experiences in Brazilian Navy. In this sense, we seek to understand the very constitution of the Association of Mariners and Marine Corps of Brazil, as an organized form of resistance and representativeness of those soldiers, in the search for social rights and guarantees during the tense period immediately preceding the civil-military coup of 1964. Analyzing their experiences during the social context of the time, and also the relations established by them within the Brazilian naval force, this article proposes to contribute to an understanding of the mobilization of those sailors and marines, starting in 1962, that transcend the binomial "hierarchy and discipline", basilar in the military structure.

Keywords: Sailors. Resistance. Civil-Military Coup.

Referências

Fontes

Livros de Memória

CAPITANI, Avelino Biden. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

VIEGAS, Pedro. **Trajatória Rebelde**. São Paulo: Cortez, 2004.

Entrevistas

- José Xavier Cortez (marinheiro e uma das lideranças da AMFNB) – Entrevista realizada por Anderson da Silva Almeida, em 22 de dezembro de 2009. Ver: ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da*

Rebelião de 1964 à Anistia. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

- Paulo Fernando da Costa (marinheiro e uma das lideranças da AMFNB) – 1ª Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra e Robert Wagner Porto da S. Castro, em 02 de novembro de 2013, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS. 2ª Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra e Robert Wagner Porto da S. Castro em 27 de março de 2014, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS.

Base de Dados / Arquivos Digitais

- Projeto Brasil Nunca Mais Digital – BNMDigit@l - <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

Legislações

BRASIL. Decreto nº. 95.480, de 13 de outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha.

Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 27 de jul. 2014.

Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil**: da Rebelião de 1964 à Anistia. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. **Antíteses**. Universidade Estadual de Londrina – PR, Londrina: vol.3, nº esp., p.90-114, dez. 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Schwarcz, 2008.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: EDUEL, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes de fazer**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite á Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GANDRA, Edgar Ávila. **O caos da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969**. Cruz Alta: UNICRUZ, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

HOBSBAWN, Eric J. e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 4ª ed. São Paulo: 2006.

_____, **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**, Rio de Janeiro: Mauad, 2008,

_____, Álvaro Pereira do. Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania. In: MUGGE, Michéias H. e COMISSOLI (Org.), Adriano. **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n.15, abril de 1997, p.13-49.

RABELO, Maria Aurora de Meireles. O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. **História & Perspectivas**, Uberlândia, vol.6, jan./jun. 1992, p.67-88.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964**. São Paulo: Cortez, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 1ª ed. Campinas: Unicamp, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOBRE O AUTOR

Robert Porto Castro é mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); pesquisador no Núcleo de História Regional da UFPEL.

Recebido em 28/05/2017

Aceito em 18/07/2017